

IPUMIRIM: UM PEQUENO VALE NO CONTEXTO CATARINENSE¹

Marta Biesdorf²
Milton C. P. Amador³

RESUMO

O presente artigo versa sobre a história do município de Ipumirim, desde a sua formação até o posterior desenvolvimento. Para tanto, contextualizar a formação do Oeste catarinense tornou-se imprescindível, pois é na análise das origens que encontraremos respostas às indagações com a qual nos defrontamos. A formação do Oeste de Santa Catarina é resultado da ocupação inicial dos nativos até a colonização oficial. Na construção deste artigo, tornou-se necessário contextualizar os reflexos da mobilidade social europeia, responsável pela dupla reorganização do espaço geográfico brasileiro: primeiramente com a formação étnica do caboclo e, posteriormente, com a emigração de europeus que vieram de encontro ao plano geopolítico traçado sobre o Rio Grande do Sul. Num processo de inclusão / exclusão, estes dois grupos distintos reorganizaram o espaço geográfico do oeste catarinense. Ipumirim formou-se enquanto município neste contexto, onde a apropriação de terras, marginalização de nativos e caboclos, colocação de migrantes, formação de vilas e a emancipação político-administrativa constituem peculiaridades da sua história, aqui apresentada.

PALAVRAS-CHAVE: exclusão, migração, emancipação política

ABSTRACT

The present article turns on the history of the municipal district of Ipumirim, from your formation to the subsequent development. For so much, contextualized the formation of the West catarinense became indispensable, because it is in the analysis of the origins that we will find answers to the inquiries with which we confronted ourselves. The group of the formation of the West of Santa Catarina is resulted from the initial occupation of the native ones to the official colonization. In the construction of this article, he/she became necessary contextualized the reflexes of the European social mobility, responsible for the couple reorganization of the Brazilian geographical space: firstly with the mestizo's ethnic formation and, later, with the emigration of Europeans that you/they came from encounter to the plan geopolitics traced on Rio Grande do Sul. In an inclusion / exclusion process, these two different groups reorganized the geographical space of the west catarinense. Ipumirim was formed while municipal district in this context, where the appropriation of lands, marginalização of native and mestizos, migrants' placement, formation of villas and the political-administrative emancipation constitute peculiarities of your history, here presented.

Key words : exclusion, migration, political emancipation

O presente trabalho teve como objeto de estudo a história do município de Ipumirim. A pesquisa traçada buscou compreender como ocorreu o processo de criação e expansão do novo município, a partir da formação histórica de Ipumirim e região. Este retrospecto contextualiza desde o processo de formação e colonização do Oeste catarinense, até a criação e

desenvolvimento do município. Simultaneamente, analisou-se a repercussão dos movimentos políticos e econômicos em nível nacional para Ipumirim.

No desenrolar da pesquisa, verificou-se a necessidade de sistematizar e de reconstruir esta História, espalhada nos arquivos e adormecida na memória dos ipumirinos, que corria risco de se perder. Assim, a partir das fontes de informação, documentais e orais, foi possível mapear e registrar esta ‘experiência histórica’ (diálogo entre *práxis* e teoria).

Para Poli (1987, p.73), a história desabrocha a partir da massa anônima: os primeiros habitantes são os que fundamentam a formação de outros povos. Nesse sentido, o povoamento e ocupação da região foram divididos em três fases distintas: a primeira corresponde à ocupação por tribos nativas; a segunda fase por caboclos; e o terceiro processo de ocupação da terra é feito por colonizadores de origem européia principalmente, ou descendentes destes, que já haviam se estabelecido no Rio Grande do Sul, e posteriormente migraram para Santa Catarina.

A partir do terceiro processo de colonização é que a região ‘prosperou’ economicamente. Com o aumento da população, vilas e cidades foram sendo fundadas. Estas, mais tarde tornaram-se municípios, caso de Ipumirim que no ano de 1963 veio a se emancipar.

FORMAÇÃO HISTÓRICA DO OESTE CATARINENSE: NATIVOS

A presença indígena é a base para a interpretação histórica da região Oeste Catarinense sendo esta a primeira fase de ocupação desta terra. As tribos que habitaram parte da região Oeste catarinense, da tradição Tupi-Guarani, alcançaram os afluentes do Rio Uruguai. Este divide os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Habitaram inclusive as margens do Rio Iraní, que passa pelo território de Ipumirim e delimita a divisa deste município ao norte, alcançando assim o território desta região.

Comprova-se a existência dessas tribos “pelo fato de serem encontrados restos de objetos de cerâmica indígena e de ainda existirem, na região, representantes desta tribo, os Postos Indígenas de Chapecó, Xanxerê e Palmas” (LOCATELLI, 1985, p.08). É importante compreender as ligações dos povos indígenas com a etnia branca (europeus), pois a partir daí origina-se o caboclo. Segundo Poli (1991, p.100), este “é conceituado como luso-brasileiro”, e por suceder o povo indígena, corresponde a segunda fase de ocupação da terra.

FORMAÇÃO DA ETNIA E ORGANIZAÇÃO DOS CABOCLOS

Fruto da miscigenação entre nativos, negros e brancos, o caboclo resultou da invasão européia ocorrida em terras hoje brasileiras. “Sua condição fundamental de reconhecimento é ser pobre e viver toscamente. [Por tanto], a conceituação de caboclo é muito mais social e econômica do que racial” (POLI, 1991, p.99-100). Sua atividade principal de subsistência era a agricultura. Não se preocupavam com a acumulação de bens e, por serem normalmente pobres, eram considerados inferiores, por sua filosofia de vida contrapor-se a filosofia capitalista.

“Falamos de um período da história do Brasil em que o poder político é controlado na forma de Império, em que o poder econômico está nas mãos de uma pequena minoria, os grandes latifundiários” (KOTHE, 2006, p.257). Nesta lógica, a terra é transformada em bem de produção sendo cada vez mais cobiçada. O caboclo, nesta conjuntura, é visto como estorvo ao ‘bom’ desenvolvimento da sociedade, passando a ser empurrado para terras mais distantes.

As famílias caboclas não tinham nem interesse, nem condições econômicas de comprar terras. Pelo fato de o caboclo não produzir excedentes, não tinha dinheiro suficiente para adquiri-las. Nesta época, a melhor forma para conseguir acesso a terra era o entrosamento ou posse.

No entanto, em 1850, o governo imperial criou a Lei de Terras. A nova lei privatizava a terra, estabelecendo que as propriedades rurais só pudessem ser adquiridas por compra. Com esta legislação, que favoreceu o empreendimento colonizador, os caboclos e nativos foram sendo empurrados e expulsos para terras ainda não habitadas. Assim, “na medida em que o caboclo formava suas comunidades, as empresas colonizadoras encontravam o caminho aberto para penetrar na região e vender as terras já desbravadas” (POLI, 1991, p.75).

A QUESTÃO DE TERRAS E A GUERRA DO CONTESTADO

O Oeste catarinense foi alvo de duas disputas por limites. Entre Brasil e Argentina e entre os estados do Paraná e Santa Catarina. A pendência com a Argentina deu-se em função das atuais terras do Oeste Catarinense. A chamada “Questão de Palmas” foi resolvida em 1895, com a intervenção do presidente Grover Cleveland (EUA), que deu ganho de causa ao Brasil. Findo o conflito, acirrou-se a disputa deste mesmo território entre Paraná e Santa Catarina, que já vinha sendo questionada desde “1853, quando os paranaenses, desmembrados da Província de São Paulo procuraram firmar posse sobre as terras do Oeste barriga-verde” (AURAS, 1997, p.25).

A questão econômica acirrou a disputa pelo território: devido as extensas pastagens, em poder de famílias dedicadas a criação de gado, e também pelos ervais, produto de certa importância nos hábitos alimentares dos sertanejos, que tinham em sua coleta o principal ‘ganha-pão’. De início a coleta da erva-mate não interessava economicamente, no entanto, a partir de

1850, com a difusão da cultura do chimarrão e a conseqüente valorização comercial, o produto passou a ser controlada pelos coronéis, “deixando um grande número de pessoas que desse sistema dependiam em situação difícil” (VALENTINI, 2003, p.35).

O surgimento de uma nova ordem econômica na região intensificou a situação de marginalização do povo sertanejo. Desta vez, foram expulsos das terras onde viviam para dar lugar ao capital estrangeiro, implantado no país pelo governo brasileiro, que tinha por objetivo promover a colonização das terras devolutas e, conseqüentemente, garantirem a sua posse.

Desta forma, em 1888, delineou-se a construção de uma estrada de ferro que ligaria o centro do país ao Sul, construída pela companhia norte-americana Brazil Railway Company. Segundo Valentini (2003, p.40), esta construção foi a forma encontrada pelo governo brasileiro para firmar posse da terra. Para efetuar o trabalho, a empresa recebeu gratuitamente terras marginais da via – férrea: 15 km de cada lado, podendo retirar toda a madeira encontrada e promover venda das terras.

Ao término da construção, a empresa norte-americana passa a explorar e ocupar a região. Mas, para concretizar tal objetivo, antes era preciso ‘limpar a área’. Desta forma, os caboclos que ali viviam, foram expulsos violentamente para dar lugar ao capital estrangeiro. Esta situação criou um sentimento de revolta aos desapropriados, que, entregues à própria sorte, buscaram esperança na justiça divina, já que a justiça social deixava a desejar.

É neste ambiente que surgiram os monges, os quais encontraram grande receptividade entre os sertanejos (homens do sertão). Individualmente, estes foram incapazes de perceber a grande força política que poderiam constituir. Foi através da fervorosa religiosidade ascendente que concretizaram a possibilidade de protestar contra a ordem em vigência, pois foi “o espaço no qual, fundamentalmente, os homens marginalizados construíram suas formas de resistência” (AURAS, 1997, p.50). Três foram os monges que peregrinaram pela região.

Em 1912, circularam boatos de que um monge estaria na região de Campos Novos. Tratava-se do terceiro monge: José Maria de Santo Agostinho. Sua presença mobilizou em torno de si milhares de sertanejos, o que desagradava o Coronel Francisco de Albuquerque, “o manda chuva da região” (VALENTINI, 2003, p.70). A presença e o agrupamento de sertanejos em torno do monge despertavam sentimentos de fúria a alguns coronéis da região. Descontentes com a mobilização sertaneja, tomaram medidas para desestabilizar o grupo.

O monge e mais quarenta de seus homens rumaram ao Oeste, na direção de Iraní no município de Palmas, pretendido pelo Paraná. O governo paranaense interpreta a ação como invasão catarinense e, decididos a defender o que julgavam ser seu território, enviou o Regime de Segurança do Paraná para Palmas. Em 22 de outubro de 1912, entraram em confronto com os

sertanejos liderados pelo monge, dando início ao conflito que perdurou por de quatro anos, quando em 1916 os caboclos do Contestado, foram dizimados pelo exército brasileiro. Este movimento, que representou a luta contra a propriedade capitalista da terra, impôs um novo padrão de acumulação sócio-econômica e política na região: a colonização.

A COLONIZAÇÃO OFICIAL DO OESTE CATARINENSE

A construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande trouxe consigo profundas modificações ao Oeste catarinense. Esta investida capitalista fomentou investimentos na região, de modo especial, ligados à exploração da madeira e conseqüentemente da venda de terras. Ao terminar o trabalho da construção, a empresa "... voltou sua atenção às várias concessões [...] recebidas ao longo da obra" (FERREIRA, 1992, p.45), no acordo realizado com o governo.

Decidida a promover a ocupação desse espaço que considerava 'vazio', e atendendo assim ao apelo da política governamental de ocupação de território, a companhia promove, a partir de 1908, a demarcação dos lotes dentro da faixa que lhe coube, partindo das margens da ferrovia. Para agilizar este processo, a companhia fundou uma empresa subsidiária: Brazil Development Colonization Co., criada especialmente para promover a venda das terras. Esta empresa foi a pioneira no processo colonizador do Oeste catarinense.

Desta forma, ocorreu uma substituição da população local, nativos e caboclos, pelos colonizadores. "É nessa frente que surge o que em nosso país se chama hoje, indevidamente, de pioneiro. São na verdade os pioneiros das formas sociais e econômicas de exploração [...] vinculadas às classes dominantes e ao Estado" (MARTINS 1980, p.74-5 *apud* OLIVEIRA, 1991, p.116). De acordo com o autor, esta 'frente pioneira' é essencialmente organizada com base numa relação entre compradores e vendedores. Neste contexto, os posseiros são apenas produto das próprias contradições do capital, e por serem inadequados ao projeto de exploração da terra, foram excluídos do novo modelo de sociedade que se estruturava.

Contingentes migratórios: os colonos

Para intensificar o empreendimento colonizador, novos municípios integraram o quadro catarinense. "Em 25 de agosto de 1917, pela lei 1.147, eram criados os municípios de Mafra, Porto União e Cruzeiro (Joaçaba)" (FERREIRA, 1992, p.40). Posteriormente, essas terras foram divididas em enormes glebas, sendo que a Brazil Development Colonization Co., assumiu o compromisso (mediante contrato) de *ocupá-las*, caso contrário seriam revertidas ao governo.

Para efetivar o contrato, a empresa subsidiária transferiu o direito a demarcações e venda de terras a diversas outras companhias. A terceirização das obras deu início à um processo de propagação de companhias colonizadoras, advindas principalmente do Rio Grande do Sul, onde já se constatava um grande número de excedente populacional. A atuação dessas companhias em Santa Catarina representou tanto para o governo catarinense quanto para o gaúcho, “a solução de dois problemas. De um lado, a diminuição da pressão demográfica destas colônias e, de outro, a ocupação de um espaço considerado *vazio*, em Santa Catarina” (RADIN, 1997, p.66-7).

O novo fluxo migratório dirigido ao Oeste Catarinense, assim como ocorrido no Rio Grande do Sul durante o século XIX, igualmente caracterizou-se pela ocupação do tipo rural-rural. Dava-se continuidade à ‘civilização agrária’ originada ainda na Europa. A condição de proprietário agrícola criou-lhes a perspectiva de uma vida melhor. Porém, as expectativas criadas nem sempre obtiveram êxito.

O campesinato brasileiro incessantemente participou do movimento dialético de *inclusão/exclusão* dos camponeses, ou seja, mesmo estes servindo como fortalecimento da grande propriedade, com sua economia complementar à grande lavoura, igualmente encaixaram-se no grupo dos excluídos. Mas, é errôneo igualar camponeses e caboclos ao mesmo nível de exclusão. Embora inseridos no mesmo grupo (excluídos), a intensidade deste processo divergiu muito em cada caso.

Conflitos Sociais: caboclos X colonos

A política governamental dirigida à Santa Catarina, pretendia formar colônias que passassem a produzir gêneros agrícolas que atendessem as necessidades do consumo interno. Nestas condições, era o colono quem entrava diretamente na posse da terra, já que eram estes que satisfaziam, fisicamente e moralmente, os interesses do governo brasileiro, cujo objetivo era colonizar e povoar as terras devolutas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Frente a isso, toda a ordem social vivida até então pelo caboclo foi alterada.

A partir daí, de onde se extraía unicamente o necessário para a subsistência, agora deveria ser extraído o máximo que a terra pudesse oferecer. Como o caráter familiar do camponês estava voltado para a produção agrícola, estes foram integrados ao novo meio. Mas, mesmo servindo como um elemento propulsor da economia, sua participação foi em menor dimensão, já que a agricultura de subsistência destes camponeses era insignificante frente à atividade agrícola predominante (monocultura extensiva).

Assim, ao processo de colonização parece estar associado o processo de exclusão, ou seja, inclusão / exclusão camponesa. Porém, este cenário não se limitou à realidade catarinense e gaúcha. A ocupação destas terras é reflexo de um processo desencadeado ainda na Europa, a partir do século XVIII, com a formação da classe operária. Para compreender este processo é necessário historicizar alguns aspectos importantes desta época.

Transformações européias e a emigração

A ilimitação das fronteiras econômicas, em detrimento do modo feudal de produção, resultou em um número muito grande de desapropriados (de terras e de meios de trabalho). “... o antigo servo teve acesso à terra sob a condição de ceder um terço do imóvel. Com isso, muitos ficaram com a terra insuficiente para sua subsistência” (WERLANG, 1999, p.13). O fracionamento efetuado acabou por dispensar boa parte do trabalhador do campo.

Paralelamente, a industrialização que ocorria nas cidades necessitou de muita mão-de-obra, o que combinou com a exclusão sistemática que vinha ocorrendo no campo, pois a força camponesa excedente foi absorvida pela indústria ascendente. Esta ‘combinação’ resultou na formação de uma grande massa proletária, o que viabilizou a proliferação do setor industrial. A impossibilidade de ascensão econômica das massas populares fez com que os camponeses se sentissem impossibilitados diante das transformações societárias.

A nova relação comercial exercida na Europa repercutiu também no Brasil, que em pleno século XIX, ainda se desenvolvia a custa de trabalhadores escravizados. A campanha abolicionista que vigorou no Brasil, repercutia em falta de mão-de-obra, agravando a situação econômica da época, especialmente para a indústria cafeeira, em São Paulo, onde se concentrava o auge da produção no século XIX. Como solucionar esta questão? Criando condições concretas para a vinda de trabalhadores de outros países.

A maioria dos que imigraram para o Brasil eram da Europa, principalmente de origem italiana e alemã. Isso porque a questão das fronteiras econômicas desses países, que até então eram divididas em várias unidades políticas e regidas sob a forma de pequenos reinados, sofreram um processo de unificação, o que representou o massacre das massas populares.

Segundo Borges (1983 *apud* RADIN, 2001, p.52-3), “... A imensa maioria ou quase a totalidade dos que deixaram a pátria para se dirigirem a longínqua América, [...] fogem [...] porque é exatamente o trabalho que lhes falta e não sabem o que fazer para sustentar a própria família”. Desta forma, ao contrário do que se prega, este grande movimento coletivo não pode ser pensado como um ato voluntário. Para Tramontini (2000),

... o fenômeno migratório, [...] não poderia ser pensado como aspectos de uma simples mudança ou transplante cultural. [...] [Mas sim] constituído como aspectos de um processo conflituoso, tenso e doloroso de organização dos imigrantes, ao mesmo tempo que tenso e problemático para a sociedade receptora, escravocrata e latifundiária, que vivia um período de estruturação burocrática, administrativa e política.

Parte dos imigrantes que adentraram no Brasil, se estabeleceram no Rio Grande do Sul, Estado que efetuou a maior colonização oficial do país. O interesse maior em ocupar especificamente as terras gaúchas vinha por parte do Governo Imperial. A principal preocupação era com a questão geopolítica. Temendo a invasão de países vizinhos o governo buscou ocupar o território para defendê-lo. Para isso, as terras consideradas de pouco valor aos latifundiários foram retalhadas e destinadas à pequena propriedade, onde imigrantes, de origem italiana e alemã principalmente, as povoaram e passaram a produzir gêneros alimentícios que, além de servir para o consumo próprio, ainda foram destinados a abastecer o mercado interno.

O núcleo experimental de colonização foi a Colônia de São Leopoldo – RS, onde imigrantes alemães se estabeleceram a partir de 1824. A área oferecida aos colonos era um terreno muito íngreme e coberto por uma densa camada florestal. A realidade com a qual se deparam era por demais contrastante comparada a que havia abandonado. Mas, o desejo dos imigrantes de se tornarem detentores dos próprios meios de produção prevaleceu.

Por serem os pioneiros da colonização oficial do Sul do país e por ser de interesse do Governo Imperial, condições foram criadas para a instalação dos estrangeiros na região que lhes foi determinada. Investimentos oficiais foram aplicados não apenas no custeio das viagens, mas também na hospedagem, no financiamento para a construção de vossas casas e em equipamentos agrícolas (enxadas, arados, machados...). Tudo para viabilizar o trabalho dos novos moradores e, conseqüentemente, atingir as metas traçadas pelo governo.

Daí por diante a ocupação do solo gaúcho pelo estrangeiro se expandiu. Segundo Radin (1997, p.50), em um prazo de apenas 50 anos, 440 mil pessoas já haviam fixado moradia em solo gaúcho. Ainda assim, "...Cerca de 87 mil quilômetros quadrados de serras, na encosta nordeste e no alto Uruguai, permaneciam como terras devolutas".

Embora muito chão houvesse para ser ocupado pelo estrangeiro, podemos dizer que, até então, os objetivos que foram traçados pelo Governo já haviam sido atingidos com êxito. Além de assegurada à posse da terra, novas fontes de riquezas foram geradas, o que impulsionou ainda mais a penetração de novos 'trabalhadores'.

Em outro momento, as zonas de colonização disponíveis foram ocupadas majoritariamente por elementos de etnia italiana. Esta ocupação se deu, mais ou menos,

cinquenta anos posterior a da alemã, por volta de 1870. É importante destacar que esta experiência não foi tão próspera quanto a dos colonos pioneiros. Devido à instalação tardia, as melhores terras (das que foram destinadas à colonização) já estavam ocupadas.

Além disso, pelo aumento acelerado de ocupantes, não mais interessava à Coroa financiar a vinda e instalação de colonos. Isso aumentou ainda mais as dificuldades daqueles que traziam na bagagem apenas a vontade de trabalhar. Conforme Brum (1983, p.20 *apud* RADIN, 1997, p.53), sem investimentos oficiais "...O progresso e a capacidade das colônias deveriam nascer da capacidade de trabalho dos colonos e não do apoio do governo".

Sem subsídio, a imigração que vinha ocorrendo foi limitada. Mas afinal, o que acontecia? As terras encareceram e os elementos antes *desejáveis* pelo governo já não eram mais bem-vindos. Por quê?

O sistema dominante de produção somente admitia a presença da pequena propriedade. Isso resultava em *limitação econômica*, justamente o que fora pré-estabelecido. Mas, o conjunto destes minifúndios vinha provocando gradualmente alterações significativas na economia, representando certa ameaça aos latifundiários. Para estes, foi necessário o quanto antes limitar a entrada de imigrantes e desta forma, amenizar o "risco" que corriam. E assim o fizeram.

Migração: nova fase da luta

Conquistar a terra pelo cultivo significava vencer, manter e recriar a família, que geralmente era muito numerosa. O rotineiro trabalho do campo era a situação presente dos pais e o futuro evidente dos filhos. Ao se casarem, o dote que receberiam era um pedaço de terra, que viabilizaria a continuidade do trabalho agrícola. Por isso, a preocupação dos pais era com a aquisição de novos lotes para 'encaminhar' seus filhos. Mas a disponibilidade de terras já não era mais tanta e nem os preços mais tão acessíveis.

Com o tempo, a subdivisão dos lotes em virtude das partilhas por herança, resultou no retalhamento ainda maior do solo gaúcho. Evidencia-se, que o fim da imigração não aconteceu somente por interesse dos grandes fazendeiros da época, que se preocupavam com a concorrência e com a possibilidade de dividir suas estâncias, mas também pelo "inchaço" que vinha ocorrendo sistematicamente nas colônias de todo o Rio Grande do Sul.

As dificuldades distanciava o sonho de melhorar de vida, que os acompanhava desde a saída da Europa. A reprodução como camponeses continuava a ser almejada, no entanto, a situação realmente era insustentável. A solução seria diminuir a pressão demográfica. Assim,

mais uma vez puseram-se em retirada. “... Migrar foi a forma possível de dizer não a uma nova situação de dificuldade em que se encontravam” (RADIN, 1997, p.63).

Enquanto que a notícia do Rio Grande do Sul nos primeiros anos do século XX era excesso de população, o jornal Staffetta Riograndense destacava a imensa quantidade de terras 'disponíveis' no Oeste de Santa Catarina. Destacava-se a legitimidade e a legalidade destas, pois a presença de 'posseiros' poderia despertar o receio de quem 'trabalhava'. Enfatizava-se também quanto à sua qualidade (fertilidade, abundância de madeira, estradas, etc...). Além disso, as propagandas impressionavam também pela quantidade. Num período aproximado de dezesseis anos, foram ofertados cerca de 16.600 lotes rurais.

Eram 28 mil Km² de extensão que seriam modificados radicalmente. Para isso, estas terras, consideradas devolutas pelo governo, foram transferidas via contrato a particulares. Ocorreu a partir de então, uma propagação de investidores que contrataram com a Brazil Colonization Co..

O baixo custo dos lotes foi uma das táticas utilizadas para atrair compradores, assim como o assentamento de colonos em pontos estratégicos, que servissem como ponto de apoio as colonizadoras. Doava-se o terreno aos interessados sob a condição de abrir estradas e diminuir a densidade da mata. “A companhia abria a estrada geral e os colonos tinham que abrir as estradas vicinais” (WERLANG, 1999, p.41). Aos poucos, pequenas clareiras foram sendo abertas.

Segundo Locatelli (1988, p.12), alguns dos beneficiados pelo projeto colonizador foram caboclos provenientes de Palmas. Por morarem em locais de interesse da empresa devido à medição, o terreno era doado pela empresa. Mas em contrapartida, deveriam devastar a mata, abrir estradas e cultivar a terra, agora em maior escala, transferindo-se da condição de caboclos para a condição de colonos.

Locatelli não esclarece sobre a origem de um destes elementos, que seria um dos primeiros habitantes do atual município de Ipumirim. Bertolino, como era conhecido, teria morado “com dois filhos, João e Augusto, na cordilheira entre os Lageados Bonito e Pedras Brancas” (1988, p.08). Frequentemente dirigia-se a Palmas (PR). Levava consigo artigos de sua produção para trocá-los por outros produtos que auxiliariam na sua subsistência.

Devido à distância e as precárias condições de locomoção, as viagens duravam cerca de oito dias. Ao longo do trecho, Bertolino pernoitava nas casas que existiam as margens do caminho. Numa das viagens, alojou-se na casa de João Luiz de França, que residia próximo a Palmas. Este, ao ficar sabendo da existência de bons campos, mudou-se em 1901 para perto da casa de Bertolino.

A iniciativa de França atraiu mais moradores para o local, onde se aglomerou um significativo número de famílias. Para Locatelli (1985, p.08), estes elementos “foram os primeiros desbravadores de nossas florestas, [...] ocasionado pelo sistema primitivo de agricultura”. Este núcleo primitivo constituía a comunidade de Bom Jesus, terras que futuramente serviram como base à colonização da Gleba Rio Engano, que em 1924 totalizava 1.073.582.648m² de extensão (FERREIRA, 1992, p.47). Para a subdivisão, esta Gleba foi terceirizada à Sociedade Territorial Mosele, Eberle e Arhos & Cia.ltda., que possuía sede em Marcelino Ramos.

A demarcação dos lotes dava-se a partir do regime hidrográfico. Tomava-se cuidado para que todas as áreas subdivididas tivessem acesso à água. Por isso,

...de cada leito de rio partia o limite de um lote até encontrar uma margem com a outra [...]. Entre os leitos traçava-se uma divisa seca que veio a ser chamada de *travessão*. Esta prática dividia em média os lotes em 25 a 35 hectares [...], quanto maior a distância entre os rios, mais comprido e estreito era o lote (COMASSETTO *et al*, 2006, p.170-1).

Efetivar a colocação das famílias implicaria primeiramente em abrir estradas que viabilizasse a entrada em seus futuros lotes. A estratégia adotada foi à colocação de algumas famílias em pontos estratégicos, para que a partir delas verdadeiras vias de comunicação fossem abertas, interligando-se entre si e proporcionando acesso fácil a nova propriedade.

A prática de abrir estradas tinha por objetivo impulsionar o estabelecimento de várias outras unidades familiares. Certamente o sucesso ou o fracasso desta estratégia dependeria unicamente dos colonos do estado vizinho, Rio Grande do Sul, onde a situação econômica não lhes era favorável. Contudo, não se tratava de um vazio demográfico.

Os prioritários da terra, caboclos e nativos, foram sendo sucumbidos na medida em que as companhias iam negociando a sua única fonte de sobrevivência. Com exceção dos que se enquadraram no projeto, como é o caso dos elementos da comunidade de Bom Jesus, comunidade pioneira de Ipumirim.

Por ocasião da medição e por se tratar de um ponto distante da sede, as famílias (caboclas) que nela residiam, receberam as terras como doação em troca de ‘serviço’. Principalmente no que se referia à abertura de estradas, prática muito almejada pela companhia, pois era o que mais seduzia os colonos nas divulgações dos lotes.

Embora o custo desses lotes não fosse tão alto, muitos dos interessados jamais conseguiriam pagá-los, incluindo colonos. Mas, as companhias estavam dispostas a fazer qualquer negócio, pois o prazo de ‘ocupação’ estipulado no contrato encurtava dia pós dia. Desta

forma, assim como ocorreu com alguns caboclos da região, muitos colonos também adquiriram terras por ‘doação’ em troca de trabalho para a empresa.

FORMAÇÃO DAS VILAS

No processo de demarcação, vilas foram sendo fundadas para facilitar a colonização. Estas vilas serviram como ponto de apoio aos colonizadores, que chegavam em ‘suas’ novas terras carentes de moradia. Tão logo chegavam já se estabeleciam nos galpões das empresas construídos especificamente para o abrigo temporário destas famílias, até que estas construíssem suas casas. Este foi o caso da Vila Harmonia (atual sede de Ipumirim), pertencente à Colônia Concórdia. Foram instaladas ainda outras três vilas, localizadas mais ao norte, caso das vilas de Bonito, São Rafael e Bom Retiro (hoje Bom Sucesso), que, muito embora foram significativamente povoadas, não se desenvolveram tanto quanto a sede Harmonia.

Sobre o galpão construído às margens do Rio Engano, Locatelli (1985, p. 09) descreve-o como “um galpão coletivo rústico, de madeira lascada e de chão batido, com 14 quartos”, onde moraram provisoriamente os ‘pioneiros’ destas terras. Mas, antes de chegarem neste galpão um longo caminho, árduo e longo, já fora percorrido. Dos que procederam do Rio Grande do Sul, (a grande maioria), todos se dirigiram primeiramente a Marcelino Ramos - SC, via trem de ferro ou por meio de caminhões e de carroças. Neste último caso, as viagens eram bem mais longas e complicadas, fator dificultado pela deficiência de estradas.

Já em Marcelino Ramos, os migrantes rumavam de carroça até Concórdia, e mais tarde até Jacutinga, comunidade limite entre Ipumirim e Concórdia. Finalmente, “de Jacutinga, as mudanças eram transportadas até a Vila Harmonia em cargueiros através da mata” (LOCATELLI, 1985, p.08). Neste trajeto existia apenas um ‘picadão’ bem estreito que ligava a Vila à Colônia Concórdia. A abertura desta picada aconteceu somente mais tarde, a partir de 1930, na medida em que um maior número de famílias foram se alojando ao longo do trecho.

A medição e demarcação de lotes *urbanos* em torno das vilas, assentando os colonos por blocos, tornavam-nas ponto de convergência das demais localidades colonizadas. Diferentemente do que ocorria nas comunidades espalhadas pelo interior do território, onde a ocupação não acontecia por blocos, mas sim por propriedades.

Devido a sua importância, a chamada Vila Harmonia foi elevada, em 1939, a categoria de distrito do recém formado município de Concórdia, recebendo o nome de Rio Branco. Esta denominação não permanecera por muito tempo. Ainda em 1943 ocorreu a transferência do nome distrital, passando a ser chamado de Engano, mesmo nome do rio que passa pelo centro

desta localidade. Nesta época, o Distrito Engano compunha o território concordiense acompanhado de mais seis distritos: Sede, Arabutã, Esteves Júnior (corresponde à região de Ipira), Itá, Seara e Uruguaia (FERREIRA, 1992, p.189).

Ao longo dos anos, a realidade geográfica sofreu grandes modificações, pois, para que se iniciasse o trabalho na agricultura, a mata precisou ser derrubada, questão de sobrevivência para os colonos estabelecidos no interior do atual município de Ipumirim. Como não havia serrarias próximas nesta época, praticamente toda a madeira foi queimada, conforme o relato de antigos moradores, que se transferiram para Santa Catarina ainda em 1945, e vivenciaram este período. Este é o caso de Lina Kothe, moradora da comunidade Bom Sucesso (Distrito de Engano).

Aos 89 anos de idade, Lina, em sua entrevista, conta que a madeira era toda queimada, pois não havia um local próximo onde pudessem serrá-las para seu aproveitamento. Somente mais tarde uma serraria foi construída próximo do local onde residiam, ocorrendo um melhor aproveitamento, já que, segundo Lina, era *“tudo ainda lenha boa”* (apud KOTHE, 2006, p.267).

Serrar a madeira tornou-se uma outra fonte de sobrevivência para algumas famílias. Conforme relatos de Geli Grisa (apud KOTHE, 2006, p.267), residente do município desde 1942, a madeira retirada dali era escoada para a Argentina em forma de balsas. Existiam dois tipos de balsas, as que constituíam unicamente de torras, e as de madeira serrada. A serraria encontrava-se entre São Rafael e Varanal, que era de posse de José P. Schuck natural de Rio Pardo – R.S. Ela *“era tocada a água com turbina. Serrava-se no máximo duas dezenas de tábuas por dia e assim foi até 1955, quando a serraria foi vendida”*⁴.

Outra serraria fora montada em Jacutinga. Segundo relatos de Vitor Colatto, morador de Jacutinga desde 1929: *“após João Bellé ter vendido sua casa comercial a Amadeu Chiuchetta, este montou uma serraria, no início pequena, só para atender a colônia e no final [estava] grande comercializando inclusive madeira para outros Estados”*⁵. Juntamente com Chiuchetta iniciou-se uma sociedade para a construção de um moinho de cilindro que servisse para moer trigo e outros produtos. O moinho funcionou apenas dois anos e depois faliu.

Com o desenvolvimento econômico do distrito e seu crescimento populacional, associações foram criadas visando facilitar a troca dos produtos gerados pelos agricultores, interligando-os diretamente com o comércio. A formação de associações cooperativas ocorreu a partir de 1949, ano em que o Distrito Engano passa a denominar-se Ipumirim. As associações foram instaladas em três comunidades interioranas, localizadas em Bonito, São Rafael e Jacutinga. As cooperativas agregavam agricultores que residiam na comunidade ou próximo a ela. Inicialmente, essas associações reuniram muitos colonos. Somente a associação de Bonito,

de que se tem registro, contava com a participação de 50 homens, número bem significativo se considerado a parcela populacional da época.

Com a implantação dessas cooperativas objetivava-se também despertar nos trabalhadores agrícolas um maior interesse e motivação para aumentar a produção, já que para os agricultores, o maior problema era justamente levar seu produto ao comprador, considerando as condições do transporte e das estradas com suas longas distâncias.

Além disso, lentamente a população crescia e a necessidade de disponibilizar mantimentos também. Assim, as cooperativas temporariamente supriram essa necessidade. A partir de então, já era possível adquirir produtos difíceis de se encontrar anteriormente, tais como, “medicamentos veterinários, sementes e outros” (LOCATELLI, 1985, p.49).

Mas, o despreparo dos seus dirigentes e a falta de crédito financeiro para os seus associados criou uma situação insustentável, resultando na falência dessas cooperativas alguns anos depois da instalação. Essa espécie de ‘movimento agrícola’ seria retomado somente mais tarde, após a emancipação, com o surgimento da Associação Rural (AR).

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A NECESSIDADE DA EMANCIPAÇÃO

Visando aumentar o atendimento às necessidades locais, a população motivou-se em torno de um projeto pró-emancipação que havia surgido dentre o grupo da UDN (União Democrática Nacional). Ipumirim mesmo enquanto distrito já possuía uma organização (ou influência) política muito forte. Desde 1946 o distrito de Ipumirim sempre foi representado por vereadores na Câmara de Concórdia, ora pelo PSD (Partido Social Democrático), ora pela UDN. Lentamente as ‘manhas’ políticas foram sendo adquiridas por estes elementos, que, bem entrosados no processo, elaboraram um projeto pró-emancipação de Ipumirim. Mas, o resultado desta iniciativa não foi tão imediato e tão pouco se deu sem conflitos.

O confronto entre PSD e UDN reflete um pouco isso, conflito que possivelmente tardou a emancipação de Ipumirim. Conforme a Ata do Diretório Distrital do PSD - Ipumirim, a criação do município foi posta em votação. Se tratando da integridade do território de concordiense, compareceu na reunião, o presidente em exercício do Diretório Municipal de Concórdia, Júlio C. R. Neves. Este, “de antemão hipotecava a solidariedade daquele Diretório ao que fosse decidido pelo plen’rio [sic], quer a questão fosse resolvida para a c’iação [sic] do município como para a não criação”⁶. Entretanto, nem todas as opiniões foram tão ‘pacíficas’.

Até a década de 50, os atuais municípios de Ipumirim e Lindóia era um único território. Nesta região, a vila que se destacava, por seu agrupamento populacional e por seu

desenvolvimento comercial, era a Vila Harmonia. Desta forma caso a emancipação ocorresse, Lindóia pertenceria a Ipumirim, e não mais ao município de Concórdia. Isso desagradava à comunidade de Lindóia que, segundo Geli Grizza, ansiava em continuar pertencendo à Concórdia. Assim justificavam-se: “ainda é cedo para pensar-se em emancipação, uma vez que a renda ainda é bastante exígua e que existem grandes e vultosas obras a serem atacadas de imediato, o que somente será possível se Ipumirim continuar pertencendo a Concórdia” ⁷.

Além disso, a contradição que envolvia o pré-projeto emancipacionista poderia ser resultado do contra-senso partidário existente, uma vez que o resultado da reunião (3X2 para a não criação) emergiu da conjuntura do PSD, e quem pretendia efetivar o projeto era o grupo político da UDN. A representatividade dos dois grupos políticos de Ipumirim na Casa Legislativa sempre fora acirrada.

O primeiro projeto encaminhado data de 1957. Segundo Locatelli (1985, p.11), os vereadores Guerino M. Dall Agnol e Francisco Balensiefer encaminharam o projeto de criação do município à Câmara de Vereadores de Concórdia, o qual inicialmente foi aprovado. Entretanto, no Estado, as análises das Divisões Administrativas Municipais aconteceriam somente nos meses junho e julho dos anos terminados em 3 e 8. Esta situação impediu que o projeto fosse levado adiante, pois, por não condizer com as condições solicitadas pelo Estado, qualquer decisão que fosse tomada tornar-se-ia inválida perante o poder legislativo estadual.

A não aprovação do projeto significou vitória para o povo de Lindóia. Sobre isso, Geli relatou que no mesmo ano, *“ho começo de dezembro, escutamos um tiro-teio, foguetes lá em cima em Encruzilhada, nós morávamos ali na saída pra Encruzilhada, os foguetes eram por que caiu o município de Ipumirim”*. A situação do distrito naquele momento não lhe era favorável, tanto na conjuntura do legislativo, quanto no apoio esperado de seus moradores. Mesmo assim, a proposta de emancipação fora sustentada por quem almejava autonomia para o futuro município.

Assim, já de acordo com a resolução estadual, em 1958 novamente o vereador Guerino M. Dall Agnol, que participou na Câmara de Concórdia na gestão de 1958-62 pela UDN, solicitou a votação da petição requerendo o desarquivamento do projeto, sendo aceita por unanimidade de votos. Neste momento, segundo declarações de Geli, “Lindóia caiu fora do território de Ipumirim” ⁸ proporcionando maiores chances aos ipumirinos. Entretanto, esta subdivisão do Distrito não fora tão favorável quanto se imaginava.

A legislação vigente exigia para a criação de municípios população mínima de 20.000 habitantes e uma arrecadação de 300.000 Cr\$ anuais. Nestas condições, o retalhamento do Distrito repercutiu negativamente, pois a população permanecera inferior ao número exigido. O conjunto populacional era de 20.150 habitantes, entretanto, esta somatória fora atingida

irregularmente, pois era resultado da totalização da “população de Ipumirim, Ariranha, Bom Sucesso e parte de Arabutã”⁹. O que ultrapassava as divisões intermunicipais, pois fora incluíra a região de Ariranha. Esta localidade já fazia parte do território de Seara, desmembrado de Concórdia em dezembro de 1953. Por tanto, o referido território não poderia pertencer ao futuro município de Ipumirim, nem mesmo as pessoas que nele residiam.

Além disso, outras irregularidades foram verificadas. Segundo Locatelli (1985, p.12), “no Projeto, não constavam a indicação da sede [...], [nem] a referência da quota parte que deveria caber ao novo município”, uma vez que este, ao desmembrar-se, automaticamente contrairia parte das dívidas de seu município de origem.

Fora dos requisitos, um pedido de arquivamento fora levado à Câmara Legislativa pelo vereador Romano Sandrin (PSD), de Lindóia, no início de 1959, sendo aprovado em 1960. De certa forma, isso também demonstra a rivalidade das questões territoriais existentes entre Lindóia e Ipumirim. Sem argumentos, o projeto foi novamente inviabilizado, mas não esquecido.

Enquanto que em Ipumirim a rivalidade partidária parecia aumentar, Concórdia vivia um clima de paz política. Acontece que, dos onze vereadores da legislatura de 1958, sete deles acompanhavam o prefeito Fioravante Massolini do PSD. Tendo a maioria como situação, a administração de 1958-62 foi menos conflituosa. Situação oposta à realidade nacional.

Os anos sessenta foram marcados por turbulentas manifestações políticas, resultado do desastroso crescimento desproporcional na esfera econômica. A evolução capitalista desenvolvia as forças produtivas, mas em contrapartida e para o desastre das camadas mais baixas, resultava em uma exorbitante concentração de renda.

Para amenizar os efeitos causados pelo capitalismo selvagem, os operários começaram a organizar ligas e sindicatos de resistência. O objetivo era conscientizar a classe para a luta econômica contra as empresas e o próprio governo, já que, nem os empresários nem o Estado prestavam assistência social necessária à população.

O clima político efervescia com a renúncia de Jânio Quadros em 1961. O cargo sendo assumido pelo vice-presidente, João Goulart, criou momentos tensos para a elite da época que o viam como comunista. Para os opositores, o único consolo era que o sistema de governo permanecia sob regime parlamentarista, aprovado cinco dias antes da posse de Goulart. Este, para dar segmento a seus objetivos, propôs mudanças na Constituição, sugerindo a instauração do presidencialismo, o que lhe daria maiores poderes legislativos.

As diversas reformas propostas receberam total apoio dos setores da esquerda e principalmente da sufocada sociedade brasileira. Manifestações públicas ocorreram por todo o país solicitando um plebiscito que definisse a situação. Este se realizou “em 6 janeiro de 1963,

com esmagadora vitória de quase 10 milhões de um total de 12.773.260 votos” (FERREIRA, 1994, p.81), somatória que direcionou o Brasil novamente ao presidencialismo.

A repressão anti-governamental aumentava e as greves de trabalhadores também. Nesta época, o estado de Santa Catarina era dirigido por Celso Ramos, eleito em 1960 através da coligação PSD-PTB, que era chamada de “Aliança Social Trabalhista”. A nível local de Concórdia, esta coligação somente contribuiu para o momento tranqüilo pelo qual passava o município, já que todos os ‘comandos’ políticos lhe eram favoráveis. A legislatura ia chegando ao fim sem que os vereadores pressentissem que os anos seqüentes seriam marcados por turbulentas transformações na esfera política, econômica, social do país.

A força do PSD vinha se cristalizando no poder. As urnas de 1962 registravam mais uma vez a força deste partido, que a partir de então compôs a Câmara com sete vereadores a seu favor, contra apenas quatro representantes da UDN. Segundo Ferreira (1994, p.86), a posse dos novos vereadores ocorreu em dezembro de 1963. Dentre eles, encontrava-se o representante ipumirimense, Isidoro Giácomo Savaris, que pela primeira vez participava da Câmara Municipal. Aquele ano fora marcante para os moradores de Ipumirim, foi neste período que páginas importantes de sua história foram escritas.

Enquanto aguardou-se o próximo ano terminado em três, o distrito desenvolvia-se. A introdução de caminhões motorizados exigiu um melhoramento de estradas, o que veio também em conseqüência da ampliação da agricultura e do aumento do comércio, cada vez mais presente e necessário. A ascendência comercial diminuiu as dificuldades dos colonos, em função de sua proximidade. ‘Facilidade’ que atraía ainda nesta época colonos, que migravam influenciados por parentes ou conhecidos já residentes nestas terras, como é o caso de Leopoldo Schaefer ¹⁰.

Natural de Santa Cruz do Sul – RS, Leopoldo se transferiu para Ipumirim em 1963, instalando-se na comunidade de Dois Irmãos, junto com seu irmão Germano, que há onze anos já residia ali. Professor de ofício, Leopoldo, diferentemente da grande maioria dos moradores, trabalhava *‘meio dia na aula, meio dia na roça’*. Nesta época, a população concentrava-se majoritariamente na zona rural do distrito.

Na década de sessenta, os habitantes majoritariamente sobreviviam no campo, que era constituído oficialmente por 35 comunidades rurais, sendo que algumas delas se destacavam por terem casas comerciais e indústrias de primeira necessidade. No contexto dos colonizadores, o progresso do povo era visível e a motivação pela autonomia do distrito também.

Assim, uma justificativa fora encaminhada à Câmara Municipal de Vereadores, retratando o desenvolvimento da região de Ipumirim. Nela verificava-se o número mínimo de população exigido para a formação de um novo município e a renda anual arrecadada pelo

Distrito. Por lei, os requisitos do número populacional foram reduzidos pela metade. Assim, o Distrito cumpria as exigências, pois possuía um conjunto de 10.600 habitantes, e uma arrecadação de Cr\$ 1.323.076,70 anuais. Além desta prestação, indicava-se ainda a localização da sede. Caso fosse aprovada a emancipação, a sede permaneceria a mesma: a Vila Harmonia.

A falha quanto às divisas do território também fora corrigida. Já dentro das exigências solicitadas pelo Estado, o projeto é novamente apresentado à Câmara de Concórdia em 18/03/1963 pelo vereador Isidoro G. Savaris. Afirmava Locatelli, que o desejo de emancipação era reflexo de todo o povo de Ipumirim. E realmente o era, tanto da população, rural e urbana, quanto dos partidos políticos de ambos os lados. De tal forma que, o projeto fora apresentado por um vereador do PSD, que até então, eram contrários ao movimento.

Com todo este apoio, o projeto encaminhado foi inicialmente aprovado na Câmara de Concórdia por unanimidade de votos, ocorrendo o mesmo na Assembléia Legislativa Estadual em 29/03/63. No momento de instalação do município, já existia um prefeito provisório, Vital Felipe Casarotto, que fora nomeado pelo PSD, ainda antes da decisão da Assembléia Legislativa Estadual. A indicação recebeu pleno apoio dos demais partidos, inclusive da UDN, que optou por não apresentar outro candidato que concorresse ao referido pleito ¹¹.

Vital, como ex-vereador do PSD e atual escrivão, do mesmo modo foi aprovado pela Resolução Legislativa Municipal e Estadual. Assim, no dia 7 de abril de 1963, nas dependências do SER Sete de Setembro em Ipumirim, presidida pelo Juiz de Direito Rid Silva, foram levadas a efeito a cerimônia de instalação do novo município e da posse do prefeito provisório.

Vital governou até o dia 25 de novembro do mesmo ano. “Durante a vigência do Governo Municipal Provisório, [...] não houve Câmara de Vereadores, pois o novo município foi regido, neste período pelas mesmas leis do município de origem” (LOCATELLI, 1985, p.26). Responsável pelo controle interno do município, a Câmara de Vereadores de Ipumirim foi ativada somente a partir do mandato do primeiro prefeito eleito, Isidoro G. Savaris, que governou de 25/11/63 até 31/01/1969.

Até o ano de 1963, a indicação de candidatos para prefeito e vereadores era realizada pelos partidos, e posteriormente levava-se a decisão para as eleições. A que se realizou em 06 de outubro do mesmo ano, contava com um total de 1.047 votantes. A apuração das urnas conferiu 718 votos para a coligação PSD-UDN liderada por Isidoro, 318 votos em branco e 11 nulos. As eleições ocorreram sem opositores. Assim, inevitavelmente Isidoro foi empossado como o 1º Prefeito de Ipumirim. Durante a vigência deste, a nível nacional mudanças radicais ocorriam no quadro político-econômico, ditado pela hegemonia dos militaristas. Este ‘jogo’ repercutiu, em

longo prazo, num momento de estagnação ou limitação política. Em Ipumirim, a ocupação partidária, sob a égide dos militaristas, permaneceu a mesma durante 30 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi ressaltar o desenvolvimento da região Oeste de Santa Catarina na perspectiva de compreender a formação histórica de Ipumirim. No momento da elaboração do projeto, objetivou-se analisar ainda o desenvolvimento pós-emancipação. Entretanto, a formação histórica deste povo é muito ampla, o que exigiu maior dedicação para que não se cometesse um ‘crime’ ao ignorar a História de todos os indivíduos que por aqui já viveram.

Ao longo da História, o ser humano sempre preocupou-se em ocupar geograficamente o espaço da melhor maneira possível, de forma que contribuísse na sua qualidade de vida. Sem a privatização de propriedades, inicialmente o deslocamento de famílias ocorria freqüentemente, pois naquele momento constituía na lei natural de sobrevivência. Mas, a privatização da terra despertou ambições e com ela, a ocupação de outros grupos sociais, ideologicamente opostos aos prioritários da terra que, a nível brasileiro, resumem-se em nativos e caboclos. Era o capitalismo que emergia.

As privatizações ascendentes do capitalismo que se originaram na Europa resultaram em condições miseráveis de vida a maioria da sua população. A fragilidade econômica destes elementos deu ação à política imigratória, que no momento elegeram o Brasil como a nova pátria, especificamente o estado Rio Grande do Sul, pois era quem oferecia possibilidade da propriedade de terras, desocupadas economicamente.

Esta ‘força’ também atingiu o Oeste catarinense no início do século XX, que já fora transformado em palco da Guerra do Contestado, onde lhes foi negado a população nativa o mínimo de que necessitavam e arrancado o pouco que tinham. A substituição desses elementos foi o marco principal do período pós-guerra assinalado pelo desabrocho da colonização, onde ocorreu simultaneamente a desapropriação, demarcação e a venda dessas terras.

Neste contexto dar-se-á a história do município de Ipumirim. Sua colonização teve como base o minifúndio, caracterizado pela agricultura de subsistência. Os migrantes gaúchos determinaram um outro ritmo de vida à região. Derrubaram as matas, abriram estradas, formaram Vilas, casas comerciais, enfim, modificaram todo o espaço geográfico e político-econômico. Lentamente alimentaram o sonho de construir um caminho autônomo que deveria ser o de produção de riqueza num espaço politicamente independente. Embora lento e conflituoso este movimento que veio a ser expressão de todo seu povo, concretizou-se no ano de

1963. Enquanto Ipumirim tornava-se município, a população que havia lutado pelo movimento, continuava a lutar para concretizar a saga da migração: melhorar a qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

COMASSETTO, Carlos F. *et al.* **História de Concórdia do período anterior a sua emancipação.** in ZOTTI, Solange Aparecida (org.). História faz história: contribuições ao estudo da História Regional. Concórdia: Universidade do Contestado – UnC; HISED, 2006.

FERREIRA, Antenor Geraldo Zanetti; **Concórdia**: O rastro de sua história. Concórdia: Fundação Municipal de Cultura, 1992.

_____. **A câmara municipal na evolução de Concórdia.** Concórdia: EDEME, 1994.

KOTHE, Luiz Fernando. **Ipumirim**: os três processos de colonização. In: ZOTTI, Solange A. (Org). História faz história: contribuições ao estudo da História Regional. Concórdia: Universidade do Contestado – UnC; HISED, 2006.

LOCATELLI, Claudino. **Estudo histórico e político.** Ipumirim: Prefeitura municipal de Ipumirim, 1985.

_____. *et al.* **Escritos do Pequeno Vale.** Volume II: Ipumirim, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

POLI, Jaci. Centro de organização da memória sócio-cultural do Oeste. **Caboclo**: Pioneirismo e marginalização. v. 5, n. 7, p. 71 – 109, 1991.

RADIN, José C. **Italianos e ítalo-Brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense.** Joaçaba: UNOESC, 1997.

_____. Os italianos nas terras novas do Oeste catarinense. In: HEINSFELD, A. (Org.) **A região em perspectiva**: diferentes faces da história catarinense. Joaçaba: UNOESC, 2001.

TRAMONTINI, Marcos. **A organização social dos migrantes**: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2000.

VALENTINI, Delmir José. **Da Cidade Santa à Corte Celeste**: Memória de Sertanejos e a Guerra do Contestado. 3. ed. Caçador: Universidade do Contestado-UnC, 2003.

WERLANG, Alceu A. **Colonização ítalo-brasileira, teuto brasileira e teuto-russa no Oeste de Santa Catarina**: atuação da Cia. Territorial Sul Brasil. In Cadernos do CEOM – Chapecó: Grifos, 1999.

NOTAS

¹ Artigo financiado pelo FAP- Fundo de Apoio a pesquisa.

² Acadêmica do Curso de História da Universidade do Contestado - UnC, Campus Concórdia; Bolsista do FAP (Fundo de Apoio a Pesquisa) marta.biesdorf@yahoo.com.br

³ Professor da Universidade do Contestado - UnC, Campus Concórdia; Mestre e Doutorando em História; Orientador do presente trabalho.

⁴ Entrevista de José Paulino Schuck extraída do museu comunitário de Ipumirim (caderno sem identificação).

⁵ Entrevista extraída do museu comunitário de Ipumirim (caderno sem identificação).

⁶ Ata da reunião conjunta do Diretório Distrital do PSD, escrito em 20-12-1956. Fonte: Museu Municipal.

⁷ Ata da reunião conjunta do Diretório Distrital do PSD, escrito em 20-12-1956. Fonte: Museu Municipal.

⁸ Entrevista realizada em 16-05-03 por Luiz F. Kothe. Acervo do autor.

⁹ Certidão expedida em 1958 pelo Agente Municipal de Estatística Ary Jalmar Renche, assinada pelo secretário da Câmara Municipal de Concórdia.

¹⁰ Entrevista realizada em 16-01-07 por Luiz F. Kothe e Marta Biesdorf. Acervo dos autores.

¹¹ Dados extraídos da Ata de reunião do Sub Diretório da UDN de Ipumirim, escrita em 12-03-1963.